

25 MAR 1987

*Recomenda*

# Escravo do Estado

**A** concepção de que o cidadão existe para nutrir o Estado parece ser a única característica da Nova República. O fundamento da política econômica do Governo é autoritário, baseando-se no princípio de que o Estado tem o direito de explorar o cidadão. Enquanto na Rússia há um clima de liberalização política, decorrente da pressão econômica, no Brasil ocorre um movimento inverso, natural em sociedade subdesenvolvida.

A excessiva taxação do Imposto de Renda, feita sem critério, prova a distorção da compreensão do papel do cidadão. O objetivo foi recuperar a caixa do Tesouro, esvaziada com despesas injustificáveis, como, por exemplo, o gasto de US\$ 1,5 bilhão com importações. Se isto significará um sacrifício dos assalariados, os mais explorados, não importa ao Governo.

Esse raciocínio predominou na cobrança de empréstimos compulsórios, que constituem um acinte até semântico. O Governo, porém, não se incomodou. Precisava de dinheiro e simplesmente taxou os veículos, viagens etc. Não há novidade nesses empréstimos, cobrados no período autoritário, que reafirmam a espoliação dos direitos do indivíduo.

A nova ameaça a esses direitos será anunciada hoje, no programa "Opinião Pública", pelo ministro da Previdência e Assistência Social, Almeida Magalhães. Ele quer acabar com a aposentadoria por tempo de serviço para os que ganham mais de três salários mínimos. Alega que houve aumento da média de vida e, com isto, a caixa da Previdência ficará sobrecarregada. Além disto, os trabalhadores desse nível têm dificuldades de comprovar seu tempo de serviço, enquanto os outros conservam melhor sua Carteira de Trabalho. Depois, os trabalhadores de até três salários mínimos usam muito sua força — reparem nos gestos do ministro — e chegam aos 35 anos esgotados, o que não acontece com os outros.

Magalhães é muito expressivo da "socialitite" desse Governo, que enfatiza sua opção pelos pobres como se houvesse pecado na riqueza ou em alguém, pelo seu trabalho ou de seus antepassados, dispor de recursos. Ele já obteve bom resultado dessa sua filosofia quando, diretor de futebol do aristocrático Fluminense, assumiu o cargo chamando os jogadores de companheiros de trabalho. O que conseguiu foi destroçar um time que havia sido campeão poucos dias antes de sua posse.

Parece haver na Nova República uma epidemia do complexo infantil de Robin Hood. Naturalmente que aos 10 anos todos pensam em tirar dos ricos para distribuir aos pobres, mas à medida que as pessoas amadurecem passam a ter consciência de que não lhes cabe espolar ninguém. Não há dignidade em extorquir o assalariado. Não há justiça em retirar do trabalhador o direito de se aposentar aos 35 anos, quer receba dois, três ou 50 salários mínimos.

Robin Hood, recorde-se, não tirou dos assalariados para financiar importações suspeitas, nem para sustentar mordomias dos poderosos do dia.

JOÃO EMILIO FALCÃO